

Entrevista

Henrique Marinho

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST/PE

Henrique Marinho, membro do Movimento há cinco anos, participa do coletivo de direção estadual e trabalha com articulação política e projetos. Amante de história, fez especialização na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), através do próprio MST e mostra seu olhar do Programa

O que você e o MST esperam do Programa de Intercâmbio Brasil-Angola?

Desde meados dos anos 80 o MST tem relações internacionais enquanto se constituía como uma organização política a nível nacional e praticava a solidariedade e intercâmbio entre Nicarágua, El Salvador e Cuba. Hoje, com 21 anos, tem acúmulos e vivências que perpassam por estas ligações com outros povos buscando a construção e organização da Via Campesina como uma articulação internacional dos camponeses. Angola é particularmente muito importante neste processo de entendimento de aglutinação de forças sociais e de intercâmbio entre povos que têm histórias provindas de uma lógica exploratória colonizadora comum, que mudaram de faces, ao longo de contextos diferenciados, como guerras, mas não de essência capitalista de sistema e modelo de controle social a partir do modelo econômico de dependência, de concentração de renda, terra e riqueza.

O MST já teve experiências com outros países. Quais são eles? Como foram estas experiências?

O conhecimento do MST sobre outros países e vice-versa passou por vários processos e fases diferentes, como no final dos anos 80, quando se buscava fazer formação política em países da América Latina. Foram os primeiros contatos da militância com outras organizações, outras culturas. Depois houve uma afirmação do MST a nível nacional e um processo de ofensiva do Governo Fernando Henrique Cardoso na perseguição e boicote à pequena produção e na tentativa de criminalização do movimento e, por outro lado, era um governo que posava "de bonzinho" para o exterior com uma imagem boa para o FMI e o Banco Mundial. Paralelas a este contexto houve as grandes lutas com marchas nacionais (com visibilidade). Este quadro mudou as estratégias das relações internacionais para o Movimento, pois já existiam os comitês de solidariedade em vários países e estes passaram a fazer também um papel de denúncia das atrocidades cometidas pelo modelo neoliberal.

A partir de meados dos anos 90, houve um entendimento comum entre as organizações do campo em quase 100 países do mundo, que, intercambiando e socializando experiências, chegaram à idéia de que o modelo neoliberal (de livre controle das multinacionais sobre a agricultura, agressões às culturas camponesas, imposições de mercado, controles sobre legislações e políticas públicas de Estados submissos, como as leis de patentes, a transgenia, a proteção e fortalecimento do latifúndio), ou seja, os super poderes que o Banco Mundial, a OMC e o FMI detinham eram um mal comum do modelo, e que as organizações camponesas deveriam juntar forças, construir o debate em torno de um outro desenho para o desenvolvimento social para o campo, baseado no processo de reforma agrária, de produção cooperativada, com acesso a políticas públicas em educação, saúde, relações sociais que geram a dignidade e transformam socialmente as relações de produção e que reconstruam a identidade e cultura camponesa. Neste sentido, o MST faz parte de uma articulação mundial que já realiza esse intercâmbio em quase 100 países do mundo.

Em quê o MST pode contribuir e o que espera aprender com este Intercâmbio?

Conhecemos o trabalho de organizações em países como Moçambique e África do Sul, por exemplo. A África é um continente muito rico (culturalmente e materialmente). As pessoas se identificam com a América Latina, pois temos todas as características de povos irmãos que transpuseram à força seus filhos para serem mão-de-obra escrava em nosso continente. E hoje o modelo de exploração é o mesmo, mas as condições materiais e subjetivas de lutas sociais são diferentes. É aí que entra o papel do Programa de Intercâmbio. Entra no sentido de aprendermos e socializarmos o que já construímos, como o conceito de educação do campo, a experiência de agroindústria cooperativada, ou a relação com o conhecimento detido pelas universidades que estamos ocupando no Brasil em processos de formação, por exemplo.

A seu ver, qual a importância deste Programa de Intercâmbio para os dois países?

Dizer "para os países" acho muito amplo. Pois a importância é a nação, o povo; quando falei do acúmulo de força, formação de quadros, fortalecimento de organizações políticas, elevação do nível de consciência, principalmente da juventude, diante de um processo revolucionário e a construção do debate sobre outro modelo de desenvolvimento para o campo e para a sociedade como um todo, onde o capital não esteja acima dos interesses da classe trabalhadora. Já no que compete ao país enquanto Estado, depende de uma análise mais profunda de qual política externa cada país tem adotado. No caso do Brasil, por mais boa vontade e empenho do Governo Lula em levantar a bandeira contra a fome no mundo, nada adianta se uma "Odebrecht da vida" explora o povo e o meio ambiente, desrespeitando acordos e tratados internacionais, pois o grande capital tem livre passeio por nossos países.

A seu ver, qual a maior necessidade do Brasil e de Angola?

Construir novas relações internacionais não é uma tarefa só das organizações sociais. Mas nós a fazemos porque sabemos desta importante tarefa de estimularmos e nos alimentarmos da mística, de valores humanistas, da utopia, de um mundo mais digno e igualitário. A superação dos desafios colocados, o embate e a luta social passam pelo empoderamento dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas a luta reivindicatória dá um salto de qualidade, através da organicidade. É um grande desafio que, em busca desta maturidade política, temos que ter muita clareza dos objetivos, dos métodos e da auto crítica, fundamentados em princípios políticos e organizativos que sirvam de alicerce. A necessidade de mudarmos a estrutura fundiária, de construirmos uma reforma agrária que insira a família do campo no processo produtivo, que gere emprego e descentralize renda são partes de problemas comuns que necessariamente o Intercâmbio aponta para saídas comuns.

Que sugestão você daria ao funcionamento do Intercâmbio?

Priorizar a juventude, as mulheres e fortalecer a relação com organizações da cidade aqui no Brasil e em Angola, pois o futuro da construção de outro modelo tem que passar por estas esferas de identificação entre a classe trabalhadora.